



ESTADO DE SANTA CATARINA
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORONEL FREITAS/SC
Katherine Scherer Clarinda - Oficiala Registradora

HIPOTECA JUDICIÁRIA (Art. 846 A 848 do CNGFE/SC)
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
<p>1. REQUERIMENTO assinado pessoalmente pelo credor ou seu advogado, com firma reconhecida, indicando o(s) número(s) da(s) matrícula(s); Observação: o reconhecimento de firma poderá ser dispensado se o requerente assinar na presença de colaborador desta Serventia Registral, apresentando documento de identificação;</p> <p>Na qualificação dos requerentes/proprietários, constar:</p> <p>Se Pessoa Física: nome completo, sem abreviaturas; nacionalidade; domicílio, contendo o logradouro, o número, bairro, cidade e Estado; data de nascimento; indicação do estado civil; sendo casado, nome e qualificação completa do cônjuge e regime de bens do casamento, bem como data em que foi celebrado ou se este o foi antes ou depois da Lei n. 6.515/77; e número do CPF.</p> <p>Se pessoa jurídica: nome empresarial; endereço da sede social, contendo o logradouro, o número, Cidade e Estado; e CNPJ da matriz.</p> <p>Se representado por procurador: se alguma das partes for representada por procurador, apresentar procuração por Certidão ou Traslado quando for procuração pública. Caso seja procuração particular, apresentar o instrumento original com assinatura reconhecida do mandante.</p>
<p>2. No requerimento deve constar:</p> <p>2.1. Natureza e número do processo;</p> <p>2.2. Nome e qualificação das partes envolvidas; e</p> <p>2.3. Indicação do imóvel, com suas características essenciais, inclusive o número da matrícula ou transcrição.</p>
<p>3. Indicar o valor da condenação (que pode ser comprovada mediante a apresentação da sentença condenatória que determinou o pagamento), se existir, ou, na sua falta, o valor da causa ou o valor venal do imóvel, o que for maior.</p>
EMOLUMENTOS DEVIDOS PARA O REGISTRO DA HIPOTECA JUDICIÁRIA
<p>De acordo com o art. 73 da Lei Complementar n. 755/2019 do Estado de Santa Catarina, os registros de constrições judiciais, serão cobrados na proporção de 1/3 (um terço) do valor de emolumentos estabelecido no item 2.2 da Tabela III e terão como base de cálculo o valor da causa ou do débito atualizado, observado o mínimo previsto nesse item.</p>